TECITURAS ÉTICO-POLÍTICAS: O ACOMPANHAMENTO JUVENIL COMO TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIAS

Anderson da Silva Maciel [1]

Bianca da Silva Vasques[2]

Gustavo Ribeiro Cardoso[3]

Oriana Holsbach Hadler[4]

RESUMO

O presente trabalho apresenta o Acompanhamento Juvenil (AJ) como um dispositivo ético-político de intervenção no campo da socioeducação, fundamentado na teoria e prática do Psicodrama. O tema central articula-se em torno da atenção aos jovens em situação de conflito com a lei que atingem a maioridade civil, momento em que frequentemente se deparam com um "limbo institucional". Esse cenário revela um vácuo na garantia de direitos decorrente da falta de políticas públicas sistemáticas, intersetoriais e em rede, gerando um hiato no suporte ao jovem em um momento de transição, uma vez que o desligamento do sistema protetivo nem sempre coincide com a conclusão da medida socioeducativa ou com a conquista da emancipação. Desse modo, o objetivo desta narrativa é descrever a atuação do AJ como uma estratégia que rompe com as tradicionais conservas coloniais de punição e controle, buscando fomentar a espontaneidade e a "autonomia situada" dos sujeitos. A justificativa para a existência desse dispositivo sustenta-se na necessidade de tensionar as racionalidades que unem práticas de responsabilização com ações punitivas presentes na rede socioeducativa, que acabam reduzindo a trajetória do jovem ao ato infracional. Portanto, o projeto aposta na

[1] Graduando, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), silva.anderson99@edu.pucrs.br
[2] Graduanda, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, (UFRGS) bihvasques@gmail.com
[3] Graduando, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), gustavoribeirocardoso@gmail.com
[4] Doutora em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), orianahadler@gmail.com

potência da juventude e no reconhecimento desses indivíduos como sujeitos de direitos e autores de suas próprias histórias. A metodologia empregada no AJ distancia-se do modelo psicoterápico convencional, conforme Silva *et al* (2025) em trabalho intitulado "Acompanhamento Juvenil em Socioeducação: A ética do encontro em um dispositivo ético-político", estruturando-se através de encontros realizados por duplas de acompanhantes em territórios do cotidiano. A prática fundamenta-se na ética do encontro, priorizando a escuta sensível e a construção de vínculos horizontais, ou seja, relações télicas, que permitem a cocriação de novos sentidos. O método valoriza o compartilhamento de afetos e experiências espontâneas em detrimento de roteiros fixos, operando na suspensão de papéis sociais cristalizados (como o de infrator ou acompanhado) para dar lugar à habitação de territórios existenciais singulares. Este trabalho toma como materialidade 15 casos de jovens acompanhados entre 2024 e 2026, no qual o vínculo estabelecido os possibilitou à transição de objeto de controle disciplinar para sujeito coautor de sua própria narrativa. Nesse exercício de suportar o mal-estar do hiato protetivo, o Acompanhamento Juvenil atua na produção de tensões que instigam o jovem a desbravar novas possibilidades existenciais por meio da espontaneidade. Esse movimento ocorre à medida que a circulação em diferentes territórios e a ampliação de seus vínculos fomentam uma análise crítica dos lugares que a produção social lhes reserva, transformando a reiteração de escolhas passadas em abertura para novos trajetos de vida. Assim, o AJ consolida-se como um dispositivo de resistência e cuidado diante da fragilidade das políticas públicas nesse contexto, voltado à ampliação dos horizontes de vida e à reinvenção das trajetórias juvenis nos espaços da cidade.

Palavras-chave: Socioeducação. Psicodrama. Acompanhamento Juvenil. Espontaneidade. Políticas Públicas.